



1  
A  
7

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENÇAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

**VEREADOR** DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADORA** ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR** ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADOR** LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

**VEREADORA** DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

**VEREADORA** DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR** DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

**VEREADOR** DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DOZE HORAS.-----



Ar  
7

**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, O Senhor Presidente deu conhecimento do seu despacho de seis do corrente mês de Dezembro, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, que aprovou a 16ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, que consistiu na 13ª alteração ao Orçamento da Despesa e na 11ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subseqüentes cinco folhas.-----

b) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu também conhecimento dos despachos a seguir referidos: -----

- Despacho do Presidente da Câmara, de dois do corrente mês de Dezembro, proferido ao abrigo de competência própria, que adjudicou à sociedade Edibarra – Engenharia & Construção, S.A., a empreitada denominada “Beneficiação dos revestimentos exteriores do gimnodesportivo da EB1 de S. Martinho do Campo”, pelo preço de 31.044,75€ (trinta e um mil e quarenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos), mais IVA;-----

- Despacho do Senhor Vice-Presidente, de dezoito de Novembro findo, proferido ao abrigo de competência delegada por despacho do Presidente da Câmara de onze de Novembro de dois mil e nove, que adjudicou à sociedade Servielectricidade & Afins Lda., o contrato de prestação de serviços tendo por objecto a limpeza e desmatação de vegetação em terrenos do município de Santo Tirso, pelo preço de 20.521,41€ (vinte mil quinhentos e vinte e um euros e quarenta e um cêntimos), mais IVA.-----

# DESPACHO

## 16º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2010

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 16ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, com reforço de verbas no montante de 404.00,00 € (quatrocentos e quatro mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de despesas/receitas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 06 de Dezembro de 2010

O Presidente,

Castro Fernandes



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

4  
Aze  
7

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

## MODIFICAÇÃO N.º 16

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DESPESA N.º 13

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º 11

Dezembro 2010

---

5  
Ave

7

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES  
Ano Contabilístico: 2010 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 13		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	02020102		Água	135.000,00	5.000,00	
02	02020103		Iluminação Pública	942.000,00		35.000,00
02	020204		Locação edificios	250.000,00		10.000,00
02	020210		Transportes	1.435.000,00	300.000,00	
02	020220		Outros trabalhos especializados	776.000,00	20.000,00	
02	020225		Outros serviços	2.199.700,00		50.000,00
02	03010302		Empréstimos médio longo prazo	649.000,00		100.000,00
02	04050104		Associação Municípios	1.180.000,00		30.000,00
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.610.000,00		100.000,00
02	07010301		Instalações serviços	1.013.112,40	4.000,00	
02	07010302		Instalações desportivas e recreativas	1.430.489,43	6.000,00	
02	07010305		Escolas	8.093.190,97		10.000,00
02	08010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.285.000,00		50.000,00
02	08050104		Associações de municípios	185.000,00	50.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					385.000,00	385.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 11		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010302	2002 I 326	CONSTRUÇÃO POLIDESPORTIVO - ÁGUA LONGA - 1.ª F	11.879,63	6.000,00	
02	07010305	2003 I 62	AMPL., SEGURANÇA E CONS. EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCE	250.743,71	9.000,00	
02	07010301	2006 I 24	CONSTRUÇÃO SEDE JUNTA FREGUESIA - S. SALVADOR CAMP	23.858,48	4.000,00	
02	07010305	2010 I 11	POLIVALENTE DA ESCOLA DE PARADA - S. TIAGO DA CARRE	20.000,00		19.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					19.000,00	19.000,00
Total Geral :					404.000,00	404.000,00

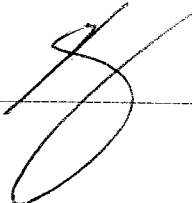
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				6	Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 16	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 13 DO ANO CONTABILISTICO DE 2010	DATA DE APROVAÇÃO	A	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02		CÂMARA MUNICIPAL	25.183.492,80	385.000,00	385.000,00	25.183.492,80	
	02	Aquisições bens serviços	5.737.700,00	325.000,00	95.000,00	5.967.700,00	
	0202	Aquisição serviços	5.737.700,00	325.000,00	95.000,00	5.967.700,00	
	020201	Encargos instalações	1.077.000,00	5.000,00	35.000,00	1.047.000,00	
	02020102	Água	135.000,00	5.000,00		140.000,00	
	02020103	Iluminação Pública	942.000,00		35.000,00	907.000,00	
	020204	Locação edifícios	250.000,00		10.000,00	240.000,00	
	020210	Transportes	1.435.000,00	300.000,00		1.735.000,00	
	020220	Outros trabalhos especializados	776.000,00	20.000,00		796.000,00	
	020225	Outros serviços	2.199.700,00		50.000,00	2.149.700,00	
	03	Juros e outros encargos	649.000,00		100.000,00	549.000,00	
	0301	Juros da dívida publica	649.000,00		100.000,00	549.000,00	
	030103	Sociedades financeiras-bancos e outras inst. financeiras	649.000,00		100.000,00	549.000,00	
	03010302	Empréstimos médio longo prazo	649.000,00		100.000,00	549.000,00	
	04	Transferencias correntes	1.180.000,00		30.000,00	1.150.000,00	
	0405	Administração local	1.180.000,00		30.000,00	1.150.000,00	
	040501	Continente	1.180.000,00		30.000,00	1.150.000,00	
	04050104	Associação Municípios	1.180.000,00		30.000,00	1.150.000,00	
	05	Subsidios	3.610.000,00		100.000,00	3.510.000,00	
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	3.610.000,00		100.000,00	3.510.000,00	
	050101	Públicas	3.610.000,00		100.000,00	3.510.000,00	
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.610.000,00		100.000,00	3.510.000,00	
	07	Aquisição bens capital	10.536.792,80	10.000,00	10.000,00	10.536.792,80	
	0701	Investimentos	10.536.792,80	10.000,00	10.000,00	10.536.792,80	
	070103	Edifícios	10.536.792,80	10.000,00	10.000,00	10.536.792,80	
	07010301	Instalações serviços	1.013.112,40	4.000,00		1.017.112,40	
	07010302	Instalações desportivas e recreativas	1.430.489,43	6.000,00		1.436.489,43	
	07010305	Escolas	8.093.190,97		10.000,00	8.083.190,97	
	08	Tranferencias capital	3.470.000,00	50.000,00	50.000,00	3.470.000,00	
	0801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	3.285.000,00		50.000,00	3.235.000,00	
	080101	Publicas	3.285.000,00		50.000,00	3.235.000,00	
	08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.285.000,00		50.000,00	3.235.000,00	
	0805	Administração local	185.000,00	50.000,00		235.000,00	
	080501	Continente	185.000,00	50.000,00		235.000,00	
	08050104	Associações de municípios	185.000,00	50.000,00		235.000,00	
TOTAL ...			25.183.492,80	385.000,00	385.000,00	25.183.492,80	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....				325.000,00	325.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				60.000,00	60.000,00		

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_

O Presidente da Câmara, 

Os Vereadores: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

A. e.

ENTIDADE

CM S TIRSO

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 16

DO ANO CONTABILÍSTICO: 2010

ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

NÚMERO: 11

MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DATA DE APROVAÇÃO

PÁGINA : 1

7

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEQUINTE					
						ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2011		SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA		NÃO DEFINIDA
1.		Funções gerais			23.858,48	23.858,48		100.000,00	4.000,00		-4.000,00		27.858,48	27.858,48		96.000,00		
1.1.		Serviços gerais de			23.858,48	23.858,48		100.000,00	4.000,00		-4.000,00		27.858,48	27.858,48		96.000,00		
1.1.1.		administração pública			23.858,48	23.858,48		100.000,00	4.000,00		-4.000,00		27.858,48	27.858,48		96.000,00		
1.1.1.1.	07	Administração geral			23.858,48	23.858,48		100.000,00	4.000,00		-4.000,00		27.858,48	27.858,48		96.000,00		
1.1.1.1.	07	CONSTRUÇÃO SEDE JUNTA	BPR/DM	02	07010301	23.858,48	23.858,48		100.000,00	4.000,00		-4.000,00		27.858,48	27.858,48		96.000,00	
		PRECUESTA - S. SALVADOR CAMPO																
		- 2.ª FASE																
2.		Funções sociais			735.740,40	282.623,34	282.623,34		-4.000,00		9.000,00		278.623,34	278.623,34		9.000,00		
2.1.		Educação			667.758,41	278.743,71	278.743,71		-10.000,00		9.000,00		268.743,71	268.743,71		9.000,00		
2.1.1.		Ensino não superior			667.758,41	278.743,71	278.743,71		-10.000,00		9.000,00		268.743,71	268.743,71		9.000,00		
2.1.1.1.	19	AMPL., SEGURANÇA E CONS.	DM	02	07010305	667.758,41	258.743,71	258.743,71		9.000,00			259.743,71	259.743,71				
		EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCELO																
		SANTO TIRSO																
2.1.1.1.	03	POLIVALENTE DA ESCOLA DE	DPH/DM	02	07010305	20.000,00	20.000,00		-10.000,00		9.000,00		1.000,00	1.000,00		9.000,00		
		PARADA - S. TIAGO DA CARREIRA																
2.5.		Serviços culturais,			67.981,99	11.879,63	11.879,63		6.000,00				17.879,63	17.879,63				
		recreativos e religiosos																
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			67.981,99	11.879,63	11.879,63		6.000,00				17.879,63	17.879,63				
2.5.2.1.	36	CONSTRUÇÃO POLIDESPORTIVO -	DM	02	07010302	67.981,99	11.879,63	11.879,63		6.000,00			17.879,63	17.879,63				
		ÁGUA LONGA - 1.ª F																
TOTAL ...					735.740,40	306.481,82	306.481,82		100.000,00		5.000,00		306.481,82	306.481,82		105.000,00		

O PRESIDENTE DO ORÇÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ORÇÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Reunião : ORDINÁRIA

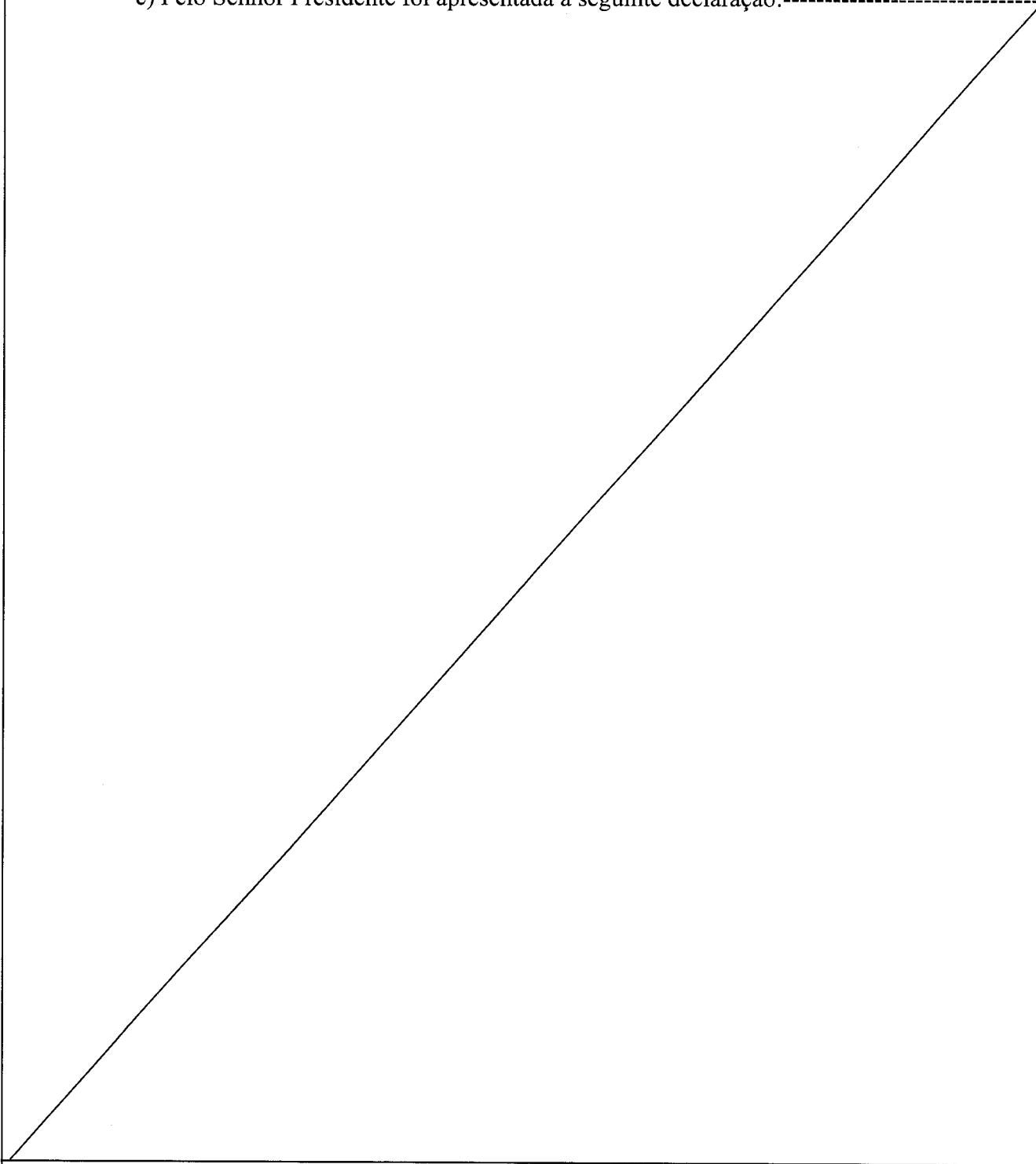


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 28 Fl. 8  
23 de Dezembro de 2010

Ar  
8

c) Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte declaração:-----





Ar  
7

A propósito das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santo Tirso para 2011, declararam os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, a folhas quatro da sua declaração de voto apresentada na reunião extraordinária da câmara municipal, de 10 do corrente mês de Dezembro, que *“aquele documento (...) está ferido de morte”*.

Isto porque, está inscrito no mesmo uma receita de 1.378.036,00 €, resultado da participação do município no IRS, conforme determina a Lei das Finanças Locais.

Estaria o orçamento *“ferido de morte”*, porque até àquela data nem a câmara, nem a assembleia municipal deliberaram sobre esta matéria.

Pelo que, não entendem como se explica a inclusão daquela receita no orçamento.

Os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PSD não entendem a inclusão daquela receita no Orçamento, ou porque não querem entender, ou porque pretendendo demonstrar *“sábios conhecimentos na matéria”*, ignoram que para a *“morte anunciada”* do orçamento já tinha sido encontrado o antídoto.

É que, tal como já tinha sido comunicado pela Associação Nacional de Municípios pela sua circular 105/2007, entendimento esse partilhado pela DGAL, em caso de ausência da deliberação da assembleia municipal os municípios têm direito automaticamente a uma participação de 5% no IRS.

Mas como se tratava de um entendimento (interpretação da Lei), nos anos transactos, e porque pretendemos sempre prevenir quaisquer *“mortes”*, foi deliberado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara, participar no IRS, com uma percentagem de 5%.

Participação inferior, se bem que aparentemente em benefício dos munícipes, não permitiria o financiamento dos necessários investimentos municipais, face ao vasto leque de atribuições e competências do município, investimentos esses que resultam em mais valias significativas na qualidade de vida dos munícipes, nas mais diversas áreas.

Mas, como alunos atentos e bons gestores que somos, conhecemos o que está actualmente estipulado na Lei – ver artigo 77º da Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2010 (DL 72-A/2010, de 18 de Junho), que prevê:

*“Na ausência de deliberação ou de comunicação por parte do município, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, o município*

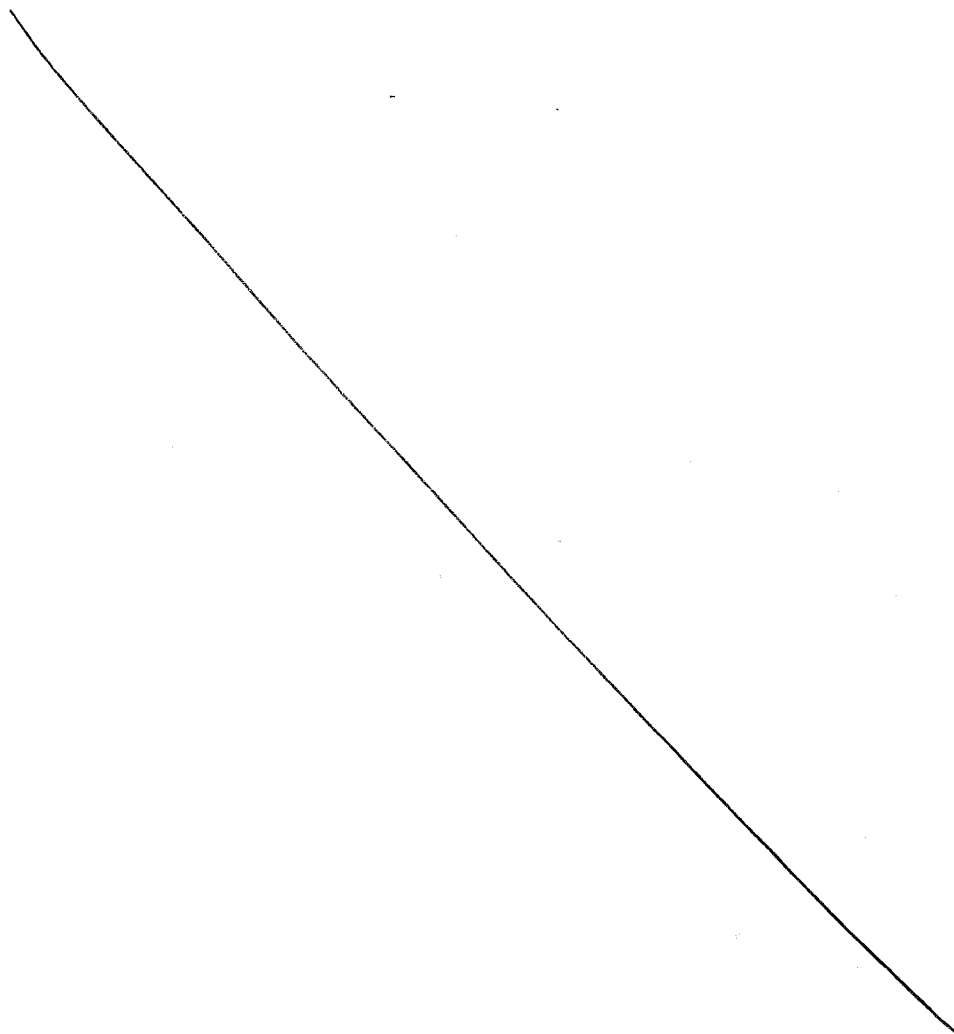
A. 67

*tem direito a uma participação de 5% no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), nos termos definidos no referido artigo."*

Pelo que, não praticamos actos inúteis.

Ou seja, do IRS que o Estado vier a cobrar relativamente aos rendimentos de 2010 gerados no município de Santo Tirso, este terá direito a uma participação de 5%, sem necessidade de deliberação da assembleia municipal.

Fiquem os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata descansados, que saberemos cuidar das Grandes Opções do Plano e Orçamento que aprovamos, executando-o devidamente em proveito de todos os munícipes."





Ar  
67

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.**-----



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

12

Ar 7

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23/DEZEMBRO/2010 – ACTA N° 28**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da acta da reunião extraordinária realizada no dia 10/12/2010
- 2 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (15/12/2010)
- 3 – Proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, relativos aos Serviços de Saneamento de águas residuais e recolha e gestão de resíduos sólidos
- 4 – Protocolo celebrado com diversas entidades gestoras de refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, tendo por objecto estabelecer as condições do fornecimento das refeições – alteração do montante mensal a transferir para a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primaria da Costa n.º 1 - Roriz
- 5 – Outros subsídios

Santo Tirso, 17 de Dezembro de 2010

O Presidente,



Ac  
67

**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (10/12/2010).-----**

Presente a acta da reunião extraordinária realizada no dia dez do corrente mês de Dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----



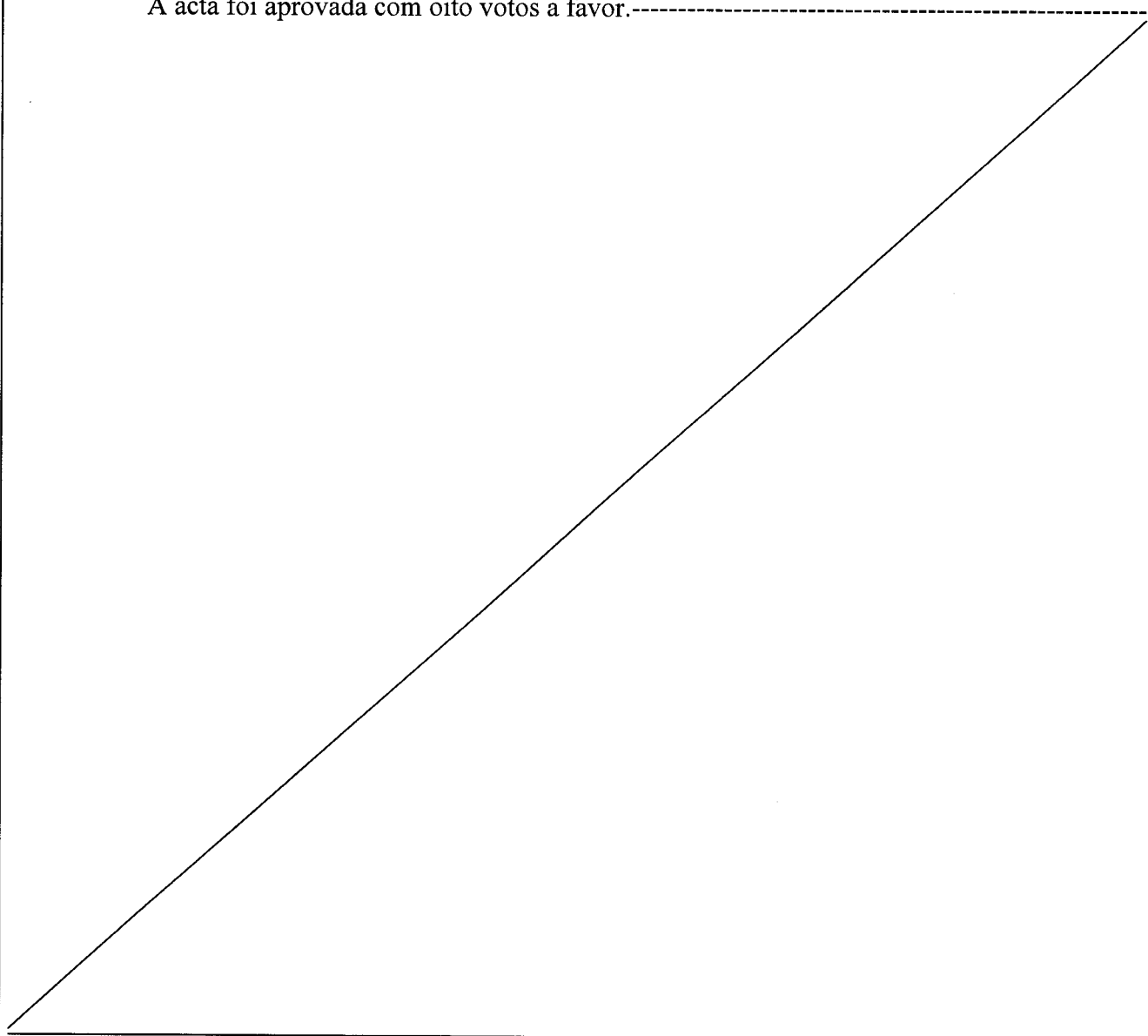
AK  
67

**2. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (15/12/2010).----**

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia quinze do corrente mês de Dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----





**3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO, RELATIVOS AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RECOLHA E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS-----**

Presente ofício de dezasseis do corrente mês de Dezembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, registado com o número treze mil quinhentos e setenta e dois, a remeter proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (serviços públicos de Recolha e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento de Águas Residuais), aprovada pelo respectivo Conselho de Administração em reunião da mesma data, a qual se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes cinco folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, ao abrigo das disposições conjugadas do artº 16º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e artº 64º, nº 1, alínea j) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberasse aprovar a Tabela de Preços anexa, para entrarem em vigor no próximo dia um de Janeiro de 2011.-----

A proposta foi aprovada com por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----

Não participaram na discussão e participação da proposta os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

Antes de se passar à discussão da proposta que antecede, pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscrito na lista do Partido Social Democrata foi dito: “Não queremos consultar a proposta porque, nos termos da lei, de que o Senhor Presidente é tão cioso, nós deveríamos tê-la recebido com dois dias de antecedência, para com algum tempo fazer a devida apreciação, ponderar e enquadrar os valores propostos no actual contexto económico-social, e por isso não temos a informação necessária e obrigatória, ao contrário dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, para, de forma responsável, subscrever ou discordar da proposta que aqui vai ser apresentada. Face ao exposto os Vereadores do Partido Social Democrata entendem que não estão reunidas as condições



A  
7

para participar na votação do ponto três da ordem do dia, retirando-se obviamente da sala, e regressando para o ponto imediatamente a seguir da ordem do dia”.-----

Seguidamente, pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração:-----

“Apresentamos a presente proposta para ser analisada pelos senhores vereadores sem qualquer limitação de tempo até porque a agenda da reunião de hoje é exígua.-----

Registamos o facto de os senhores vereadores do Partido Social Democrata nem quererem consultar a proposta nem discuti-la.-----

O assunto foi agendado e nada na lei obriga a que as propostas sejam apresentadas antecipadamente à reunião de câmara.-----

A ser assim os senhores vereadores do Partido Social Democrata nunca poderiam também apresentar em reunião propostas alternativas como aconteceu variadíssimas vezes.-----

Os actos ficam com quem os pratica tal com a respectiva responsabilidade política.-----

Se os senhores vereadores do Partido Social Democrata entendem demitir-se das funções para que foram eleitos o problema é dos Senhores Vereadores”.-----

No fim da leitura da declaração que antecede, os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata ausentaram-se da sala.-----

De imediato, o Senhor Presidente passou à votação da proposta.-----





A-  
b

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

**TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA,  
ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO - 2011**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Os Preços a cobrar pelos SMAES de Santo Tirso são os constantes da seguinte tabela;
2. Os SMAES poderão, caso a caso, isentar ou reduzir os preços relativos a actos que, por natureza, se identifiquem com os que são próprios das instituições de solidariedade social, quando promovidas por organismos sem finalidades lucrativas e instituições de carácter religioso;
3. Os SMAES (C.A.) poderão reduzir até 50 % ou isentar do valor dos respectivos preços, os produtores domésticos que se encontrem em situação de carência económica comprovada pelos Serviços Sociais.
4. As casas desabitadas serão isentas temporariamente, enquanto se verificar a situação de não ocupação da construção, tendo obrigatoriamente de comprovar a desocupação ao fim de cada ano, após a isenção, sob pena da tarifa ser activada automaticamente.
5. Para os utentes de RSU com isenções, que são clientes consumidores de água, haverá lugar à facturação do serviço de RSU sempre que o consumo de água exceda os 5m<sup>3</sup> por mês.
6. Para utentes titulares de contrato de fornecimento de água o pagamento dos preços de RSU e Saneamento são indissociáveis da factura dos consumos de água.
7. Os novos preços são aplicados aos actos praticados após a entrada em vigor desta tabela, ainda que respeitantes a processos iniciados anteriormente.
8. Será concedida a possibilidade de pagamento de dívidas até doze prestações, podendo o prazo ser alargado consoante despacho da Administradora Delegada dos SMAES, por solicitação dos munícipes.
9. Qualquer alteração relativa à morada, ou outra qualquer situação, dos utentes dos Serviços de RSU e Saneamento é da responsabilidade dos mesmos.



Ar  
67

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

**CAPÍTULO II**

**RECOLHA, TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

**1. Recolha Doméstica**

1.1 Recolha Colectiva por agregado familiar e por mês 5.60 €

1.2 Recolha Domiciliária por agregado familiar e por mês 7.30 €

1.2.1. Recolha Domiciliária por agregado familiar e por mês em contentores subterrâneos 7.30 €

1.3. Os agregados familiares constituídos por reformados cujos rendimentos globais não ultrapassem o montante do salário mínimo nacional mais elevado beneficiarão de uma redução de 50% dos preços estipulados em 1.1, 1.2 e 1.2.1, deste capítulo.

**2. Recolha em Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Profissões liberais, Serviços e Organismos do Estado**

2.1. Recolha colectiva por Estabelecimento Comercial,  
Industrial ou Escritório e por mês 11,00 €

**2.2. Recolha individual**

- |                                       |         |
|---------------------------------------|---------|
| a) Contentor de 50 litros – por mês   | 15,00 € |
| b) Contentor de 110 litros – por mês  | 23,00 € |
| c) Contentor de 240 litros – por mês  | 42,00 € |
| d) Contentor de 800 litros – por mês  | 82,00 € |
| e) Contentor de 1000 litros – por mês | 97,00 € |

**2.3. Recolha em contentores subterrâneos**

- |   |         |
|---|---------|
| a) Com contentorização atribuída de 50 litros – por mês   | 15,00 € |
| b) Com contentorização atribuída de 110 litros – por mês  | 23,00 € |
| c) Com contentorização atribuída de 240 litros – por mês  | 42,00 € |
| d) Com contentorização atribuída de 800 litros – por mês  | 82,00 € |
| e) Com contentorização atribuída de 1000 litros – por mês | 97,00 € |



Ar  
67

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

2.4. Poderá ser aplicada o preço de recolha colectiva na zona abrangida por recolha porta-a-porta sempre que seja comprovado pela fiscalização que a produção de resíduos não justifica a atribuição de um contentor de 50 litros.

### **§ 1. Estabelecimentos comerciais, industriais, profissões liberais e serviços servidos por contentores subterrâneos.**

- a) O preço a aplicar em estabelecimentos comerciais, industriais, profissões liberais e serviços a instalarem-se em zonas servidas por recolha em contentores subterrâneos, será de acordo com a contentorização a definir por estes Serviços Municipalizados.
- b) Para estabelecimentos comerciais com produção de resíduos diminuta devidamente comprovada pela fiscalização, poderão os SMAES aplicar o preço que melhor se ajusta á situação de produção.

### **§ 2. Centros Comerciais**

- a) O preço a aplicar por estabelecimento comercial será por contentor se a quantidade de RSU produzidos justificar a sua utilização individualmente.
- b) O preço a aplicar por estabelecimento sem contentor individual será o preço de recolha colectiva.
- c) Para espaços comuns com áreas comuns comerciais cuja produção de RSU justifique (Condomínios) será aplicado o preço de recolha colectiva.

### **3. Recolha em Estabelecimentos de Ensino**

3.1. O preço de RSU a aplicar aos estabelecimentos de ensino que não sejam da competência da Câmara Municipal, será estabelecido em função da contentorização.

3.2. Serão isentos do pagamento do preço de RSU os estabelecimentos de ensino público do 1º Ciclo e Pré-Escolar da competência da Câmara Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

20

AK  
[Signature]

**CAPÍTULO III**

**PREÇO DE LIGAÇÃO, DISPONIBILIDADE, CONSERVAÇÃO E TRATAMENTO DO SANEAMENTO**

**1. Preço de ligação**

a) Para habitações e comércio, estes últimos com áreas até 1000 m<sup>2</sup>, o preço de ligação é de 0,73 € por m<sup>2</sup> da área bruta.

**b) Comércio / Indústrias**

- Indústrias até 1500 m <sup>2</sup>	730 €
- Comércio / Indústria de 1500 a 2500 m <sup>2</sup>	1045 €
- Comércio / Indústria de 2500 a 5000 m <sup>2</sup>	1565 €
- Comércio / Indústria com mais de 5000 m <sup>2</sup>	2610 €

**2. Preço de Disponibilidade do Serviço de Saneamento**

Aplica-se às construções localizadas em zonas servidas por redes públicas de drenagem sem ligação às referidas redes públicas. 4,50 € / mês

**3. Preço de Conservação**

a) O preço de conservação aplica-se a todas as construções (habitações/agregado familiar) que possuem ligação à rede pública, com um escalão base de 4,5 € (inclui utilizadores de água privada).

b) É paga por metro cúbico de água consumida, conforme escalões a seguir, sempre que o seu cálculo ultrapasse o escalão base:

Consumos Domésticos

	EURO / m <sup>3</sup>
1.º Escalão – 0 a 5 m <sup>3</sup>	0,33
2.º Escalão – 6 a 15 m <sup>3</sup>	0,37
3.º Escalão – 16 a 25 m <sup>3</sup>	0,52
4.º Escalão – superior a 25 m <sup>3</sup>	0,80

Comércio e Indústria

1.º Escalão – 0 a 50 m <sup>3</sup>	0,73
2.º Escalão – 51 a 200 m <sup>3</sup>	0,83
3.º Escalão – superior a 200 m <sup>3</sup>	0,90



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

21

*Ar*  
*ty*

Serviços do Estado

	EURO/ m <sup>3</sup>
Escalão único	0,80

Instituições de Beneficência de Carácter Social

Escalão único	0,31
---------------	------

Autarquias Locais

Escalão único	0,31
---------------	------

Provisório ( obras )	0,92
----------------------	------

c) O preço de conservação aplica-se a todos os comércios e indústrias com efluente doméstico em função do número de trabalhadores, caso não possuam ligação à rede pública de abastecimento de água, fixando-se:

- menos que 10 trabalhadores	5,00 €/mês
- entre 11 e 20 trabalhadores	6,50 €/mês
- entre 21 e 50 trabalhadores	15,00 €/mês
- entre 51 e 100 trabalhadores	30,00 €/mês
- a partir de 101 trabalhadores	45,00 €/mês

**CAPÍTULO IV**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Em tudo quanto não esteja previsto nesta tabela aplicar-se-á, com as devidas adaptações, o previsto na Tabela de Preços da Câmara Municipal de Santo Tirso.

É igualmente aplicável em tudo quanto não esteja previsto, com as devidas adaptações, o previsto no Regulamento de Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal de Santo Tirso.



Ac  
g

**4. PROTOCOLO CELEBRADO COM DIVERSAS ENTIDADES GESTORAS DE REFEITÓRIOS ESCOLARES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, TENDO POR OBJECTO ESTABELECEER AS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES – ALTERAÇÃO DO MONTANTE MENSAL A TRANSFERIR PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA PRIMÁRIA DA COSTA N.º1 – RORIZ.**-----

Presente informação de dez do corrente mês de Dezembro, do Departamento de Educação, Desporto e Acção Social, a sugerir que seja alterado o montante mensal a transferir para a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da Escola Primária da Costa n.º1 – Roriz, ao abrigo do Protocolo cuja minuta foi aprovada em reunião da câmara municipal de dezassete de Novembro findo (item cinco da respectiva acta), que passa a ser de 800,00€ (oitocentos euros), de Novembro de dois mil e dez a Outubro de dois mil e onze, em virtude de se ter verificado a necessidade de afectar mais uma funcionária à gestão do respectivo refeitório escolar.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse alterar o montante a transferir mensalmente para a referida Associação, que passa a ser de 800,00€ (oitocentos euros) e não 600,00€ (seiscentos euros), conforme consta da aludida deliberação camarária.-----

Mais propôs que a presente deliberação produza efeitos retroactivos ao mês de Novembro findo.-----

O acréscimo da despesa decorrente desta proposta será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 4625/2010, de vinte e dois do corrente mês de Dezembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

**5. OUTROS SUBSÍDIOS.****A) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AJUDAR A CUSTEAR AS DESPESAS COM O PROLONGAMENTO DOS HORÁRIOS NOS JARDINS DE INFÂNCIA – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DE 07/10/2010.**

Presente informação de vinte e cinco de Novembro findo, do Departamento de Educação, Desporto e Acção Social, registada com o número treze mil quinhentos e oitenta e oito, a informar que no âmbito do Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação em dezasseis de Setembro de dois mil e oito, ratificado pela Câmara Municipal em reunião de catorze de Janeiro de dois mil e nove, têm sido transferidas verbas para esta Câmara destinadas a comparticipar as despesas com o funcionamento dos prolongamentos dos horários dos jardins de infância.

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, em execução daquele Contrato e em aditamento à deliberação da câmara municipal de sete de Outubro último (item 15.B da respectiva acta), deliberasse atribuir à Associação de Pais do Jardim de Infância da Boca - Vilarinho um subsídio mensal destinado a custear os encargos inerentes ao prolongamento do horário do respectivo jardim de infância, gerido pela identificada associação, **a atribuir de Dezembro de 2010 a Agosto de 2011.**

Da presente proposta resulta uma despesa no montante total de 4.950,00 € (quatro mil novecentos e cinquenta euros), sendo 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros), no ano económico em curso, e 4.400,00 € (quatro mil e quatrocentos euros) no ano económico de dois mil e onze, a suportar pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual ficou cativa a importância de 550,00€ (quinhentos e cinquenta euros), conforme proposta de cabimento n.º 4626/2010 de vinte e dois do corrente mês de Dezembro, sendo o restante a cativar no início do próximo ano económico.

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.



**5. B) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS.**-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização, regra geral, só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição dos subsídios abaixo referidos, para ajudar a custear as despesas com a realização das festas respectivas:-----

- **À Comissão de Festas do Senhor – S. Tomé de Negrelos**, representada por Manuel Machado Carneiro, um subsídio no montante de 400,00€ (quatrocentos euros), na sequência da solicitação efectuada por ofício de treze de Março de dois mil e nove, registado com o número quatro mil seiscentos e oitenta/dois mil e nove;-----

- **À Comissão de Festas do Padroeiro de S. Mamede de Negrelos**, representada por Rosa Maria da Costa Santos Cerqueira e João José Pereira Silva, um subsídio no montante de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), na sequência da solicitação efectuada por ofício de vinte e nove de Abril de dois mil e nove, registado com o número sete mil quatrocentos e oitenta e nove/dois mil e nove;-----

- **À Comissão de Festas de Santa Luzia – Monte Córdova**, representada por Celestino Manuel Carneiro Souto e Filipe Moreira Nunes, um subsídio no montante de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), conforme solicitado por ofício de vinte e oito de Setembro de dois mil e nove, registado com o número catorze mil quatrocentos e dezanove/dois mil e nove;-----

- **À Comissão de Festas de Santo André de Sobrado – Vila das Aves**, representada por Márcio Donato Ferreira Silva, um subsídio no montante de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros),





A  
[Handwritten signature]

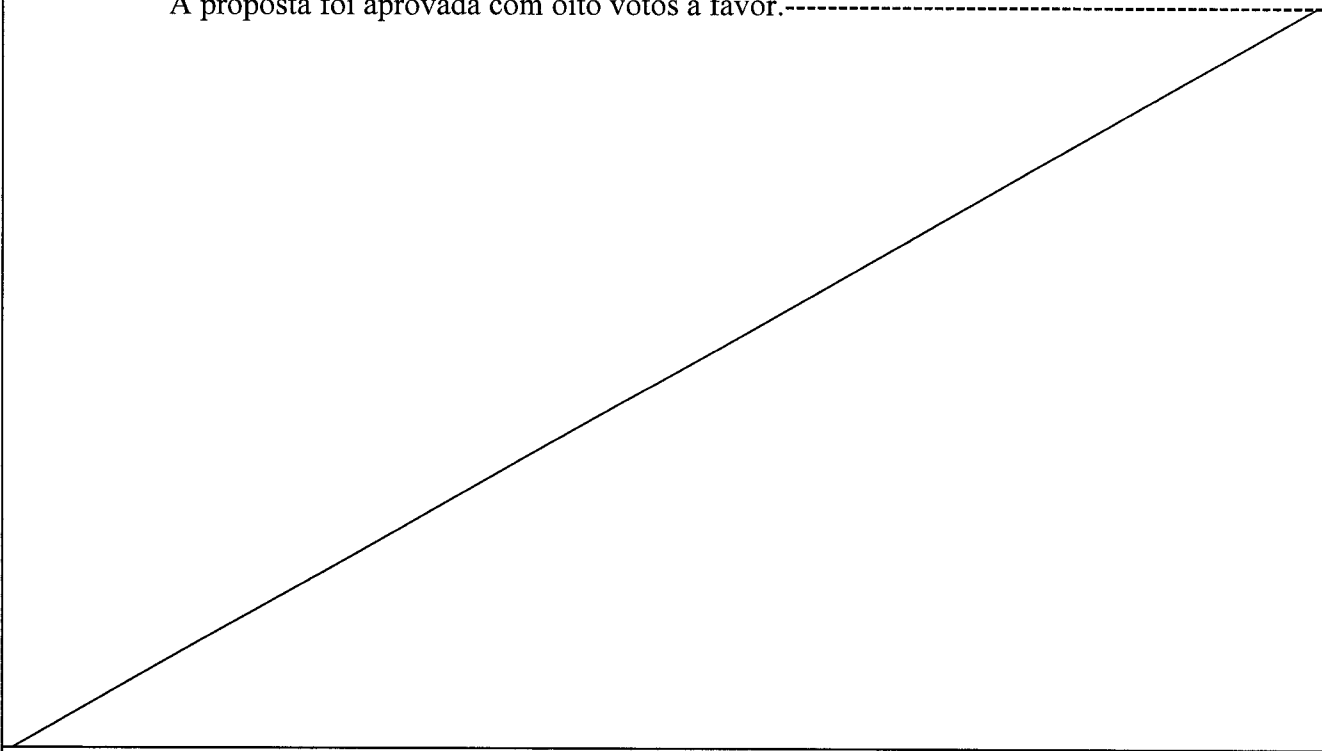
conforme solicitado por ofício de dezassete de Outubro de dois mil e nove, registado com o número quinze mil e oito/dois mil e nove;-----

- À Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora do Rosário – Palmeira, representada por António Machado Ferreira Dias, um subsídio no montante de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), na sequência do solicitado por ofício de doze de Abril último, registado com o número cinco mil e dezanove/dois mil e dez;-----

- À Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora do Rosário e S. José – Água Longa, representada por Cláudia Filipa Pinheiro Ferreira, um subsídio no montante de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), conforme solicitado por ofício de dois de Setembro último, registado com o número nove mil seiscientos e cinquenta e sete/dois mil e dez;-----

As respectivas despesas serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual têm cabimento, conforme propostas de cabimento 4623/2010, 4621/2010, 4618/2010, 4620/2010, 4617/2010 e 4616/2010, todas de vinte e dois do corrente mês de Dezembro.

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





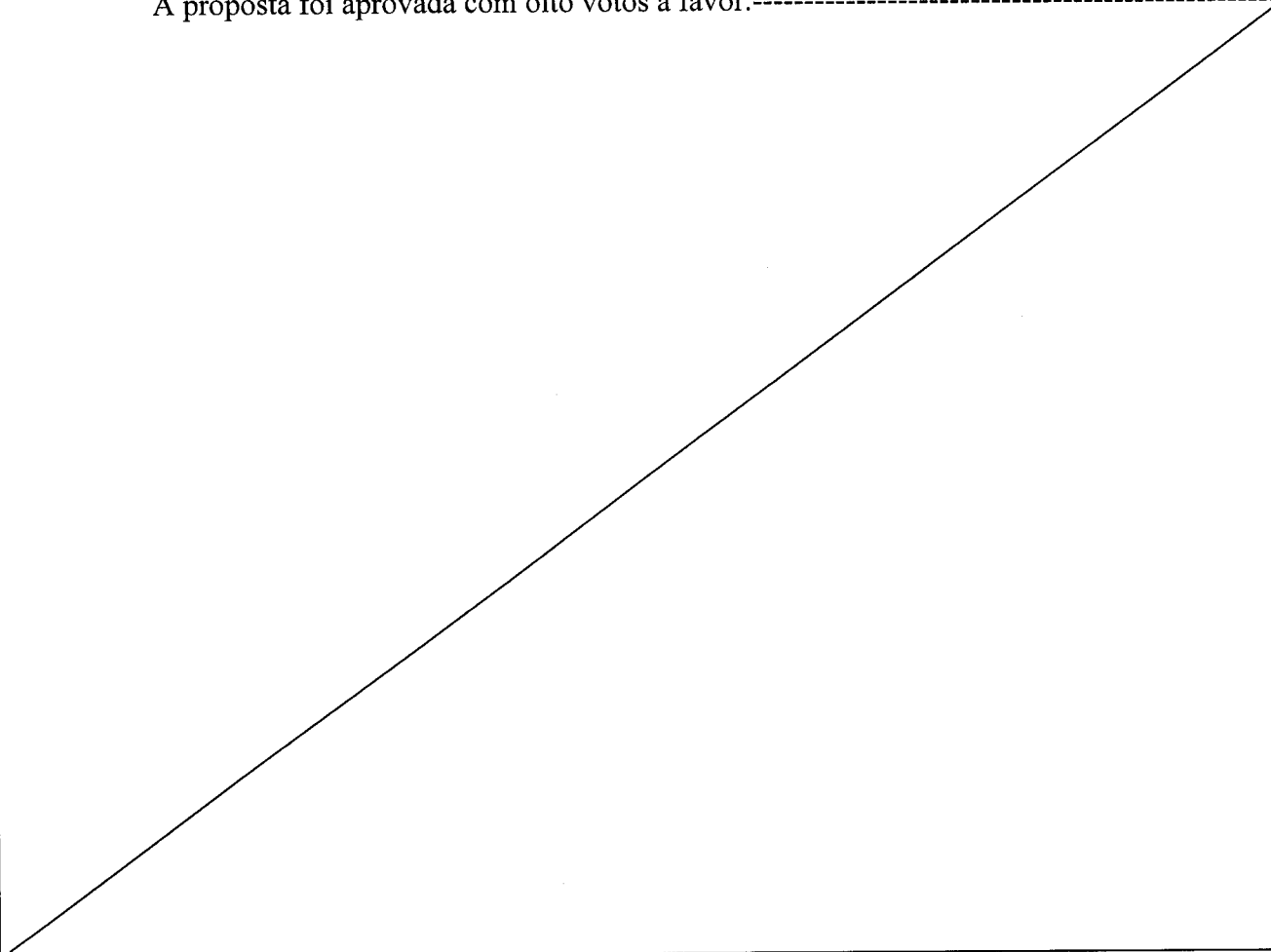
Ar  
[Handwritten signature]

**5. C) À ASSOCIAÇÃO DE S. MIGUEL ARCANJO DE VILA DAS AVES-----**

Presente ofício de catorze de Maio último, da Associação de S. Miguel Arcanjo, registado com o número oito mil seiscentos e sessenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Miguel Arcanjo, que decorreram de vinte e nove de Setembro a três de Outubro últimos.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação de S. Miguel Arcanjo, Vila das Aves, um subsídio no montante de 1 000,00 € (mil euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 4619/2010, de vinte e dois do corrente mês de Dezembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





A-

**5. D) À CASA DO POVO RIO VIZELA – FESTA DAS VINDIMAS**-----

Presente ofício de nove de Agosto último, da Casa do Povo Rio Vizela, registado com o número oito mil novecentos e quarenta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das Festas das Vindimas, que tiveram lugar nos dias doze, dezoito e dezanove de Setembro último.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, atribuir à Casa do Povo Rio Vizela um subsídio no montante de 500 € (quinhentos euros) para ajudar a custear as despesas com a realização das Festas das Vindimas.-----

A despesa inerente à atribuição deste subsídio será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 4615/2010, de vinte e dois do corrente mês de Dezembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



**5. E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL A DIVERSAS COLECTIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o trabalho desenvolvido no acompanhamento e formação juvenil pelas colectividades do concelho de Santo Tirso abaixo identificadas;-----

Considerando ainda o facto de a Câmara Municipal atribuir, anualmente, subsídios às colectividades sedeadas no Concelho, para as ajudar a fazer face às despesas que têm com as suas actividades ao longo do ano;-----

Considerando ainda a competência prevista nas alíneas a) e b) do nº 4 do artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro; -----

Proponho, a atribuição dos seguintes subsídios anuais às colectividades a seguir identificadas;-----

Amadores de Pesca de Vila das Aves (trezentos e setenta e cinco euros)	- Vila das Aves	375,00 €
Associação Recreativa e Cultural de Areias (dois mil e quinhentos euros)	- Areias	2500,00 €
Associação Campense de karate (trezentos e setenta e cinco euros)	- S. M. Campo	375,00 €
Associação Desportiva Cultural Recreativa Mourinhense (novecentos euros)	- S.T. Negrelos	900,00 €
Associação Desportiva Cultural Reguenga (novecentos euros)	- Reguenga	900,00 €
Associação Recreativa do Areal (mil e cem euros)	- S. M. Couto	1100,00 €
Associação Recreativa da Torre (mil e quinhentos euros)	- Torre	1500,00 €
Clube Caçadores Vilarinho (trezentos e setenta e cinco euros)	- Vilarinho	375,00 €



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Clube Ornitológico de Santo Tirso (trezentos e setenta e cinco euros)	- Santo Tirso	375,00 €
Grupo Desportivo Vale do Ave (quatrocentos euros)	- Vila das Aves	400,00 €
Grupo Jovens da Ponte (quatrocentos euros)	- Rebordões	400,00 €
karate Shotokan de Vila das Aves – Asso. Desportiva e Cultural (dois mil euros)	- Vila das Aves	2000,00 €
Trampolins de Santo Tirso - Clube Desporto e Aventura (mil setecentos e cinquenta euros)	- Santo Tirso	1750,00 €

As respectivas despesas serão suportadas pelas rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual têm cabimento, conforme proposta de cabimento número 4632/2010, desta data.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Ar

**5. F) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO – SÃO SILVESTRE DE SANTO TIRSO/2011.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o lugar de destaque alcançado pela São Silvestre de Santo Tirso, classificada como a 2ª melhor prova de São Silvestre do distrito e uma das melhores realizadas a nível nacional, pela Associação de Atletismo do Porto e Federação Portuguesa de Atletismo;-----

Considerando a presença de atletas de prestígio, a nível nacional e internacional, e a grande participação dos munícipes e do público em geral;-----

Considerando a elevada repercussão nos meios de comunicação social e a correspondente, promoção do concelho de Santo Tirso;-----

Considerando que na próxima edição deste evento desportivo volta a existir mais uma prova, “Passeio das Gerações”, envolvendo os alunos das Escolas e seus familiares;-----

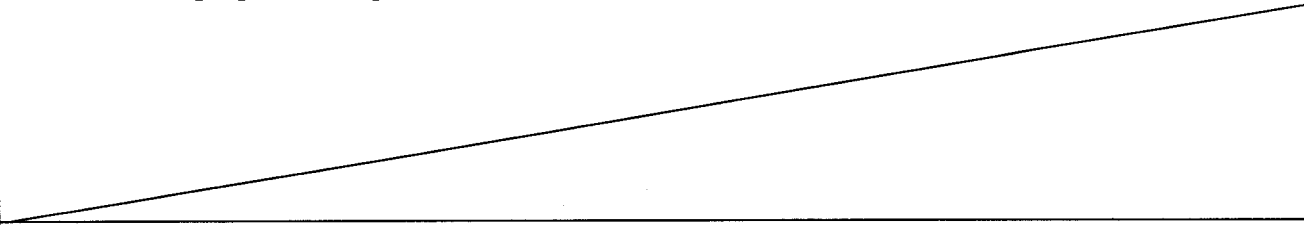
Considerando o trabalho que o Centro de Atletismo de Santo Tirso está a desenvolver para a realização desta prova e o sucesso alcançado nas edições anteriores. -----

Considerando ainda a competência prevista nas alíneas a) e b) do nº 4 do artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro; -----

Proponho a atribuição de um subsídio no montante de 3.500 € (três mil e quinhentos euros) ao Centro de Atletismo de Santo Tirso, para ajudar a custear algumas das despesas com a preparação e organização da “São Silvestre de Santo Tirso”.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 4629/2010, desta data.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Ac  
f

**5. G) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A RANCHOS FOLCLÓRICOS:  
FESTIVAL CONCELHIO DE FOLCLORE E FESTIVAL DE FOLCLORE ORGANIZADO  
POR CADA GRUPO – 2010.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a importância do trabalho que os Ranchos Folclóricos e Grupos Etnográficos desenvolvem na promoção e divulgação da cultura e costumes do concelho;-----

Considerando a sua disponibilidade para colaborar nas iniciativas culturais promovidas pela Câmara;-----

Considerando as competências previstas nas alíneas a) e b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a Câmara delibere atribuir a cada um dos grupos a seguir mencionados um subsídio no montante de 760,00 € (setecentos e sessenta euros), sendo 380,00 € (trezentos e oitenta euros) para ajudar a custear as despesas com a sua participação no Festival Concelhio de Folclore e 380,00 € (trezentos e oitenta euros) para ajudar a custear as despesas com a realização do festival de folclore organizado por cada grupo, com excepção do Grupo Folclórico Juventude de S. Julião de Água Longa, cujo subsídio é no montante de 380,00 € (trezentos e oitenta euros), pela sua participação no Festival Concelhio de Folclore.-----

- Rancho Folclórico de Santa Eulália de Lamelas;-----

- Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto;-----

- Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida – Santa Cristina do Couto;-----

- Grupo Folclórico Juventude de S. Julião de Água Longa (380,00 € - trezentos e oitenta euros);-----

- Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo;-----

- Grupo Etnográfico das Aves;-----

- Rancho Folclórico de S. Mamede de Negrelos;-----

- Rancho Folclórico de S. Tiago de Rebordões;-----



Reunião : ORDINÁRIA

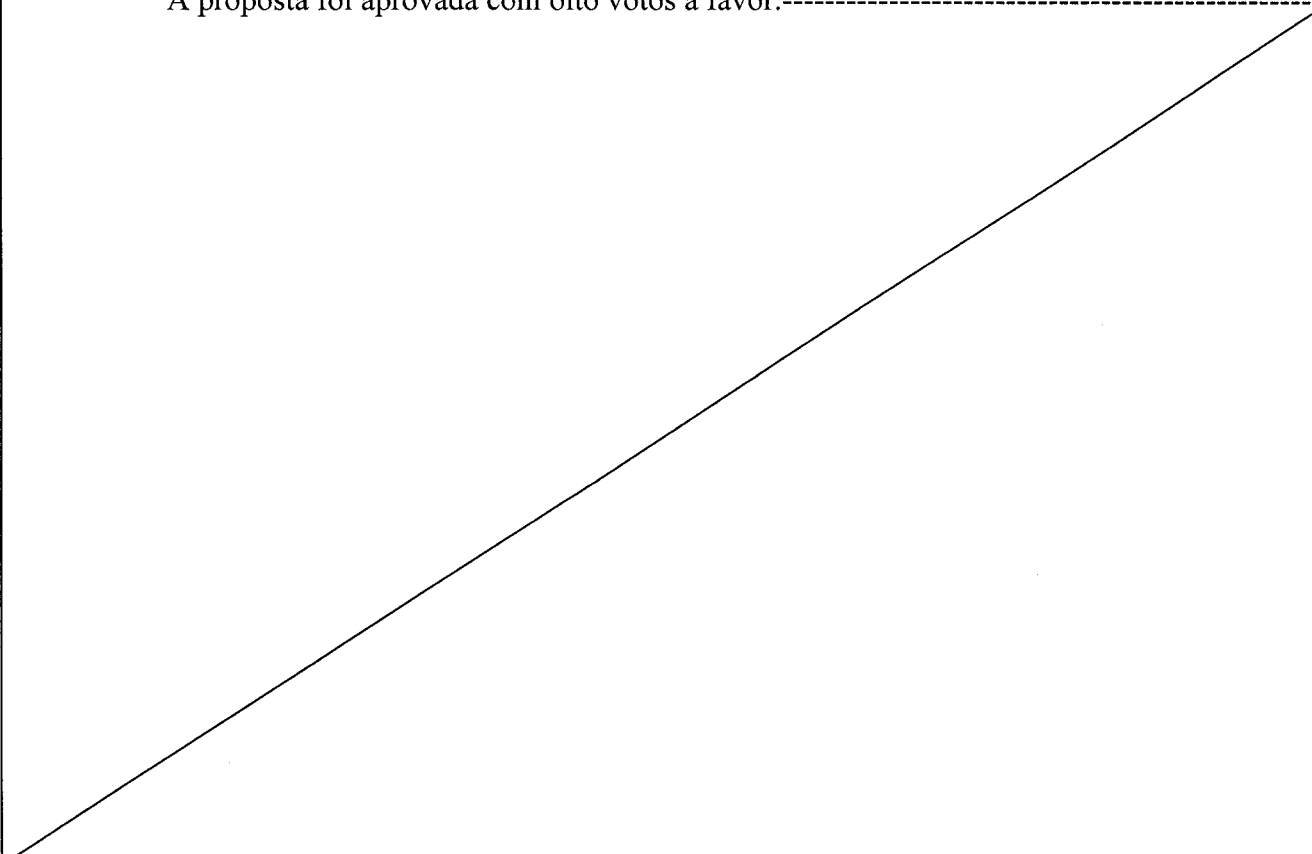
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ar  
7

- Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova;-----
- Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz;-----
- Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga;-----
- Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz;-----
- Rancho Santo André – Vila das Aves;-----
- Grupo Folclórico Santo André – Vila das Aves;-----
- Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho;-----
- Grupo Etnográfico de S. Paio de Guimarei.-----

As respectivas despesas serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3435/2010, de vinte do corrente mês de Dezembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----







Ar  
9

**5. H) AO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS – AGRUPAMENTO 842 – S. MARTINHO DO CAMPO.**-----

Presente ofício de vinte e sete de Janeiro último, do Agrupamento 842 do Corpo Nacional de Escutas (S. Martinho do Campo), registado com o número mil quatrocentos e trinta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as actividades previstas no seu plano de actividades 2009/2010.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o escutismo é um movimento aberto a todos, com o propósito de contribuir para a educação integral dos jovens;-----

Considerando que as diversas actividades previstas no plano de actividades enviado com o ofício acima referido merecem o apoio da câmara municipal;-----

Considerando que o Agrupamento 842 do Corpo Nacional de Escutas vem colaborando com a câmara municipal em diversas actividades por esta desenvolvidas, bem como em actividades promovidas por organizações não governamentais, como por exemplo nos peditórios para a AMI e Liga Portuguesa contra o Cancro;-----

Considerando a realização de diversas actividades culturais e desportivas abertas a toda a comunidade;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir ao Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português – Agrupamento 842, de S. Martinho do Campo, um subsídio no montante de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros).-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 4635/2010, de vinte e três do corrente mês de Dezembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

-----



Ac  
[Handwritten signature]

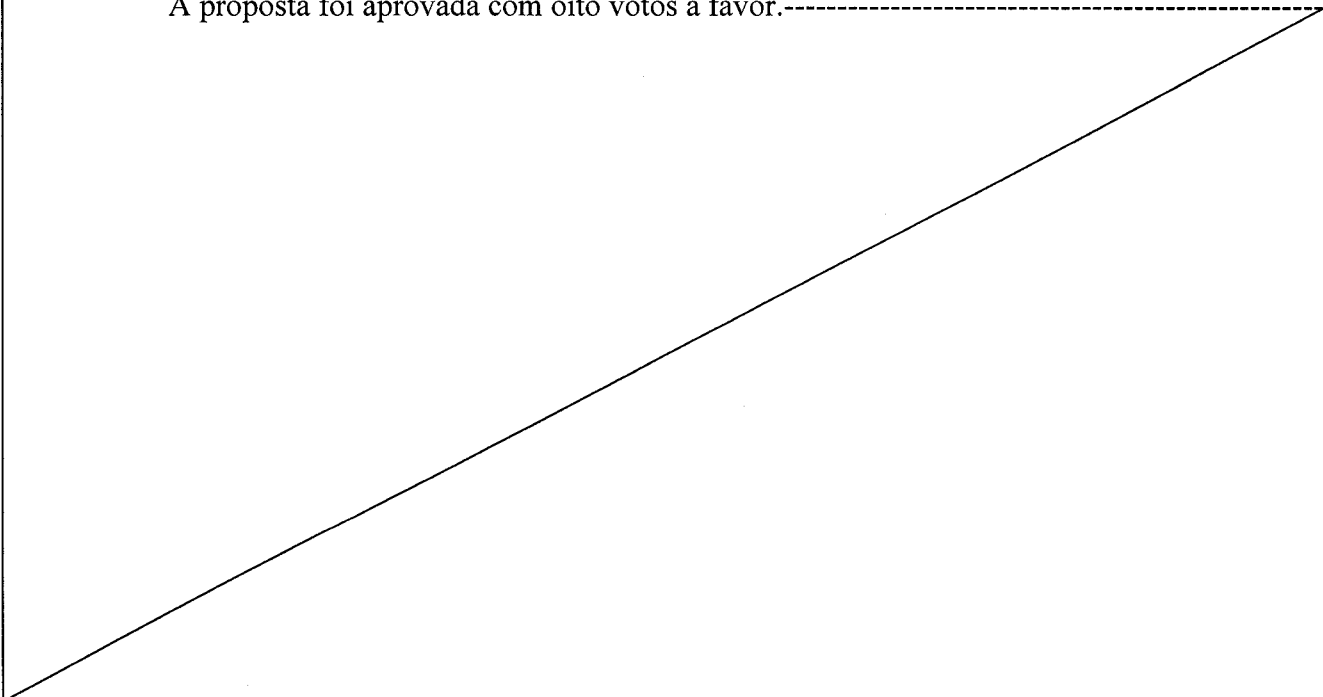
**5. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES: BENEFICIAÇÃO DA RUA DAS CASAS NOVAS: PEDIDO DE SUBSÍDIO -----**

Presente ofício de dezanove de Julho último, da Junta de Freguesia de Burgães, registado com o número oito mil duzentos e quarenta e quatro, a solicitar autorização para avançar com os trabalhos de beneficiação da rua acima referida, em virtude da urgência existente na sua realização.---

O Departamento de Obras Municipais informa quais os trabalhos que se mostram necessários executar para a beneficiação da Rua das Casas, e junta mapa de medições dos respectivos trabalhos, cuja estimativa orçamental é de 46.161,41€ (quarenta e seis mil cento e sessenta e um euros e quarenta e um centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Burgães um subsídio no montante de 46.161,41€ (quarenta e seis mil cento e sessenta e um euros e quarenta e um centimos), para ajudar a custear as despesas com a obra acima referida, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Ac  
[Handwritten signature]

Finda a discussão e votação dos assuntos incluídos na Ordem do Dia da presente reunião, o Senhor Presidente abriu um período para intervenção do público presente.-----

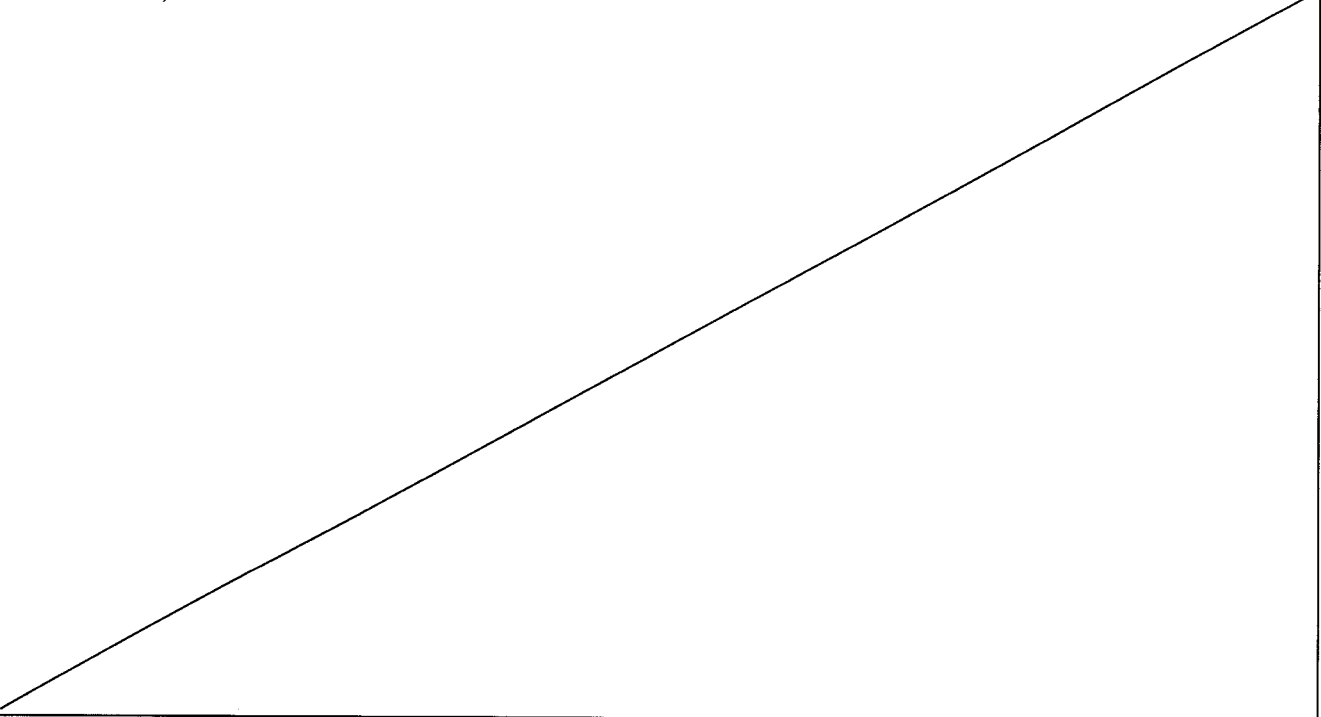
Estava presente o Senhor Carlos Azevedo Miranda, residente na Rua das Cruzinhas, n.º 29, rés-do-chão, da freguesia e concelho de Santo Tirso.-----

Referiu que já fez queixa nesta câmara municipal pela falta de luz que se verifica no local onde mora, tendo sido atendido, e bem, pelo Senhor Eng.º Daniel, mas que até à data nada foi resolvido.-----

Desde que foi instalada naquele local a Interfire Lda, a situação piorou, já que um foco de luz que vinha da Rua S. Bento da Batalha deixou de iluminar aquele local.-----

Referiu ainda que naquele local também se acumula bastante lixo, sem contudo precisar se se tratava de resíduos domésticos ou outro tipo de lixo.-----

O Senhor Presidente disse que tomou em devida conta o que referiu, sendo que quanto à questão da falta de luz se iria inteirar da situação junto do técnico da câmara, Eng.º Daniel, e que, se fosse o caso, o assunto seria remetido à EDP.-----

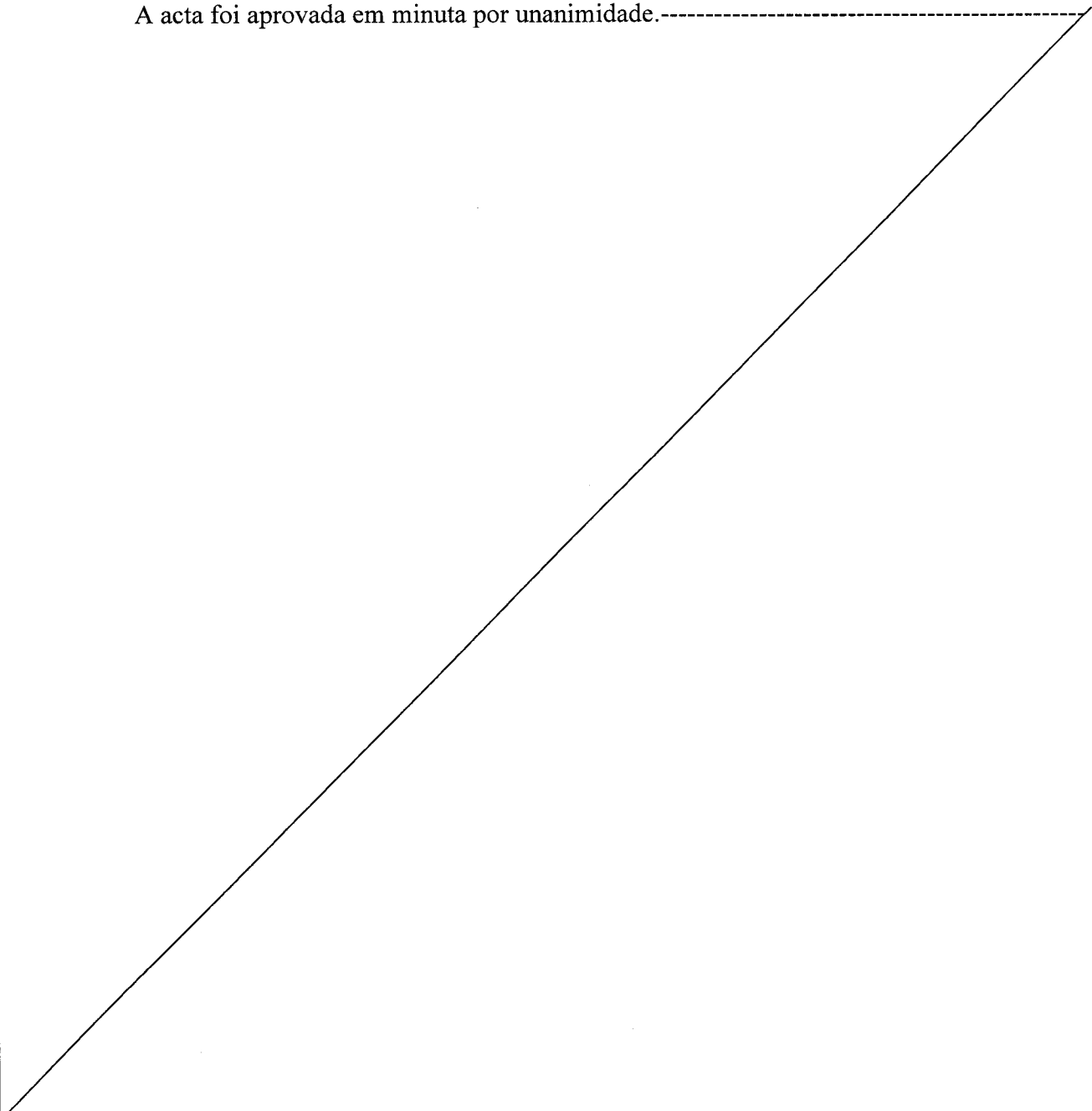




Ar  
[Handwritten signature]

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta por unanimidade.-----





*Ar*

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Doze horas.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem trinta e sete folhas, apenas utilizadas no anverso, que eu

*Henric Adriano Salgado*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

*Carla*

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 23 / 12 / 2011, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas dezoito da respectiva minuta).-----

A Secretária,

*Adriana*